



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /x/

PERGUNTA Número 414 /x/

Assembleia da República Gabinete do Presidente	Expeça-se
N.º do Processo 28098	Publique-se
4.ª Classificação	2008/10/15
05/03/04 1	Q Secretário da Mesa
Data	
08/10/14	

Assunto: Práticas ilegais e situações de corrupção envolvendo actividades arqueológicas

Destinatário: Ministério da Cultura

Por determinação de S.E.X.P.A.R., à
Sra. Secretária da Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

08.10.15

Através da Pergunta n.º 2418/X/3 este Grupo Parlamentar questionou o Governo sobre a situação que hoje se vive na arqueologia portuguesa, designadamente sobre as perspectivas de revisão do Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos.

Notícias posteriormente divulgadas pela comunicação social dão conta de práticas ilegais e situações de corrupção envolvendo empresas do sector imobiliário e construção e empresas de actividades arqueológicas.

Foi inclusivamente denunciada uma situação pouco clara relativamente ao envolvimento de altos funcionários da empresa pública Estradas de Portugal em empresas privadas de arqueologia, envolvendo a contratação de serviços de arqueologia pela empresa pública em circunstâncias pouco transparentes.

Para além da intervenção própria que deve caber às autoridades judiciárias na investigação da prática de eventuais ilícitos criminais, estas perigosas ligações empresarias com actividades arqueológicas exigem uma atitude firme e decidida da parte do Governo no sentido de apurar os factos e de apresentar propostas para a resolução da situação.

Uma vez que, segundo o Governo, está em processo de revisão o Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos importa igualmente saber que apreciação faz o Governo desta situação nesse contexto e que propostas equaciona apresentar.

Assim, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, venho perguntar através de V. Exa., ao Ministério da Cultura, o seguinte:

1. Que medidas tomou ou vai tomar o Governo para apurar as situações denunciadas?
2. Na opinião do Governo, o desfazamento que actualmente se verifica entre o Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos e a realidade e as condições objectivas em



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

que se desenvolve a actividade arqueológica está ou não na origem desta situação?

3. Que medidas prevê o Governo ser necessário equacionar no âmbito da revisão do Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos para dar resposta a esta situação?

Palácio de S. Bento, 14 de Outubro de 2008

O Deputado,

João Oliveira